

Aula 05 - Revoltas Nativistas

Contexto de mudanças após 1640 e 1654

Contexto de revoltas pós-Restauração

A restauração e suas consequências

- É importante analisarmos alguns pontos:

- Na segunda metade do século XVII, após a restauração de sua independência, em 1640, Portugal continuou a sofrer ameaças externas em várias frentes, tanto na metrópole como nas colônias.

- Ao novo rei João IV, coube a árdua tarefa de buscar o reconhecimento internacional do reino, defender as fronteiras contra os espanhóis e reaver as colônias asiáticas perdidas para os neerlandeses e ingleses durante a união ibérica.

O preço da “amizade” da Inglaterra

- Como vimos nas primeiras aulas do nosso curso, a “diplomacia” entre Inglaterra e Portugal é antiga, vem ainda das questões medievais.

- Mas, no século XVII, essas relações tomam um rumo cada vez mais agressivo por parte da Inglaterra. Em troca de “amizade”, Portugal torna-se um vassalo comercial da Inglaterra.

- De certa forma, isso está relacionado à proteção oferecida pelos ingleses por ocasião da restauração e da necessidade de Portugal manter suas fronteiras.

“Os Braganças pagaram caro a proteção oferecida pela Inglaterra.” Esta é a afirmação dos historiadores Carlos Guilherme Mota e Adriana Lopes. E explicam:

“Apesar de já de início terem sido exorbitantes as exigências dos interesses comerciais e manufactureiros ingleses, Portugal assinou seu primeiro tratado com o Parlamento inglês em 1642. Por meio desse tratado, a Inglaterra objetiva benefícios comerciais importantes e assegurava a liberdade religiosa de seus súditos em território português - sem falar na imunidade contra a Inquisição, arma usada com frequência para livrar-se de bem-sucedidos nos diversos tratos comerciais e financeiros nos reinos em que vigorou a Contrarreforma Católica.” (LOPES, MOTA, 2008. pág. 176)

- Em troca de promessas de amizade e reconhecimento, Portugal passava a considerar a Inglaterra como a nação mais favorecida. Os súditos ingleses teriam extraterritorialidade e imunidade legal, não podendo ser julgados pelos tribunais portugueses.

- Apesar do tratado não ter sido implementado, serviu de base para as formulações jurídicas posteriores ao governo de Oliver Cromwell.

- Em 1654, depois da expulsão dos holandeses, Cromwell aproveita para ratificar de seu lado as cláusulas do tratado de 1642 (com as disposições acima). Em troca? Amizade!

- D. João IV morreu em 1656 sem ratificar o tratado. Havia relutado em aceitar algumas imposições.

- Mas, seu sucessor não teve alternativa.

- Diante da ameaça da presença dos navios ingleses, prestes a abocanhar a frota do Brasil, Afonso VI assinou o tratado.

- Além dessas questões, Portugal enfrentou os exércitos espanhóis até 1668.

- Nas longas guerras contra a Holanda, Portugal perdeu alguns de seus principais mercados de escravos na costa ocidental da África e as principais praças comerciais do Estado da Índia.

- Essas perdas significaram um duro golpe nos já enfraquecidos cofres do tesouro real.

- Além disso, Portugal também havia perdido sua **marinha mercante e de guerra**, passando a depender do arrendamento de navios ingleses, alemães e holandeses para manter o fluxo comercial de produtos tropicais para o reino e o abastecimento de suas colônias no ultramar.

- Na América portuguesa, o período após a restauração (1640) e à expulsão dos invasores holandeses (1654) foi de empobrecimento.
- O fim da guerra contra os holandeses no Brasil não trouxe o alívio fiscal esperado pelos colonos luso-brasileiros. Além da pesada carga tributária resultante dos anos de guerra, os produtores de açúcar passaram a enfrentar competidores nas Antilhas francesas e inglesas.
- Um fator que agravou a situação é que Portugal passou a depender quase exclusivamente da arrecadação dos impostos provenientes do comércio com o Brasil.
- Apesar de manter o mercado de escravos de Angola, Portugal já não detinha o monopólio da exportação de escravos africanos para a América espanhola, o famoso contrato de *asiento*. A partir do século XVII, os negreiros portugueses tiveram de enfrentar a concorrência de holandeses e ingleses nas costas africanas.

Conflitos internos na Colônia

- Não à toa, no século XVII eclodem diversas revoltas regionais na colônia.
- As mudanças administrativas introduzidas pela Coroa, visando centralizar e controlar mais de perto a colônia americana levou a uma disputa entre colonos e funcionários do governo; entre colonos e jesuítas; entre senhores de engenho e comerciantes.

É dentro desse contexto que várias revoltas vão acontecer.

- Há casos em que existe uma constante tensão, um conflito, como por exemplo entre jesuítas e paulistas (e em outros locais também, como comentamos semana passada).
- Há outros, como foi o caso da aclamação de Amador Bueno, (1641) que traz os reflexos da problemática da restauração. Boris Fausto e os autores de "História do Brasil, uma interpretação", nem citam esse episódio como parte das revoltas regionais.

Barbalhos e a Revolta da Cachaça

- No livro "Brasil: uma biografia", as autoras contam que na madrugada de 8 de dezembro de 1660, um grupo de fazendeiros depôs o governador do Rio de Janeiro. A data havia sido escolhida a dedo, pois era dia da festa de Nossa Senhora da Conceição. O governador estava fora do Rio e houve a invasão da Câmara na madrugada.
- *"Não se sabe se os revoltosos encontraram alguma resistência por parte da guarda da cidade - cerca de 350 homens de infantaria que não recebiam o soldo havia meses."* (STARLING, SCHWARCZ. 2018)

- Nos cinco meses subsequentes, a vida política e administrativa do Rio de Janeiro iria prosseguir governada por colonos amotinados que se empenharam em viabilizar um programa próprio de gestão: realizaram novas eleições para cargos das câmaras municipais.
- No entanto, a fidelidade à Coroa era reafirmada o tempo todo. Esse episódio que ficou conhecido como "Revolta da Cachaça" deixava claro que o descontentamento era contra a política fiscal praticada pelo governador do Rio de Janeiro, que dificultava a vida dos engenhos mais pobres do Rio de Janeiro (que produziam açúcar de qualidade inferior à do Nordeste, mas que sobrevivia graças à "cachaça").

- Já para os historiadores Adriana Lopez e Carlos Guilherme Mota, a primeira revolta ocorre em 2 de novembro de 1660 (antes ainda da Revolta da Cachaça) e ocorreu na paróquia de São Gonçalo, hoje Niterói e foi causada porque os moradores rebelaram-se contra o pagamento de um imposto per capita lançado pelo governador da capitania do Rio de Janeiro.

- A finalidade desse imposto era para saldar os nove meses de salários atrasados devido aos soldados da guarnição da vila. Para os historiadores Lopez e Mota, em 8 de novembro, o povo em armas e a guarnição que aderira à causa em troca do pagamento dos salários atrasados, iniciaram o saque das casas dos súditos mais abastados da vila de São Sebastião. (LOPEZ, MOTA. 2008)
- É provável que ambos os livros esteja se referindo ao mesmo movimento, considerando datas diferentes, devido às dificuldades em se estabelecer datas mais específicas.

- O que ambas obras trazem e que deve ser considerado é justamente a insatisfação da população com os "mandos e desmandos" dos administradores locais e a fidelidade mantida (e declamada) ao rei.

Revolta de Beckman

- Em seguida, no livro *História do Brasil, uma interpretação*, é analisada a revolta de Beckman que ocorreu no Maranhão.

Como sabemos, o Maranhão era uma das regiões mais pobres da América. Seus colonos não dispunham de dinheiro suficiente para comprar escravos africanos e, como tal ocorria em outras áreas marginais da colonização, frequentemente escravizavam os índios das missões dos padres jesuítas que haviam se instalado na região em 1653.

- O conflito entre os colonos e os padres jesuítas, empenhados em proteger a liberdade dos indígenas (ou o interesse deles próprios), estendeu-se ao longo de vinte anos.

Durante esse período, a Coroa apoiou os jesuítas. Mas, a falta de trabalhadores precisava ser amenizada, por isso, foi criada a Companhia de Comércio do Maranhão para fornecer escravizados negros, bacalhau e azeite de oliva aos colonos.

- A Companhia não conseguiu cumprir o prometido e isso levou a uma revolta por parte dos colonos. Em 1684, o senhor de engenho Manuel Beckman chefiou um movimento contra as autoridades da Companhia e os padres jesuítas que privavam os colonos de trabalhadores indígenas. Os armazéns foram ocupados pelos rebeldes, os jesuítas foram presos e o governador, deposto.

- Beckman chegou a assumir o governo local, mas não conseguiu resolver os problemas dos colonos e isso levou a uma nova revolta.

- Para solucionar a situação, a Coroa enviou um novo governador para o Maranhão. Este conseguiu sufocar a rebelião e assumiu o controle dos acontecimentos. Beckman foi enforcado.

Guerra dos Mascates

A Guerra dos Mascates foi motivada por disputas econômicas e políticas entre as elites de Olinda e do Recife no século XVII.

Durante o período em que os holandeses permaneceram em Pernambuco (1630-1654), Recife tornou-se a sede da administração holandesa, recebendo diversas melhorias e investimentos urbanos. Logo após a expulsão dos holandeses, muitos comerciantes portugueses, os mascates, estabeleceram-se no local. Além de atuar no comércio regional, eles abasteciam a região das minas com tecido e gado, levando prosperidade ao local.

No mesmo período, Olinda, a antiga sede da capitania, passou a sofrer os efeitos da queda do preço do açúcar nos mercados europeus, sobretudo por causa da concorrência com o açúcar holandês produzido nas Antilhas. Para manter a produção, os senhores de engenho olindenses foram obrigados a contrair empréstimos com os comerciantes do Recife.

O termo "mascate" é utilizado para designar o comerciante ambulante que circula vendendo suas mercadorias. Os moradores do Recife envolvidos no conflito com os senhores de engenho de Olinda não eram propriamente mascates, mas grandes comerciantes, muito bem estabelecidos.

A rivalidade entre as duas localidades se agravou após a elevação do Recife à categoria de vila, em 1709. Dessa forma, os moradores do Recife passaram a ter os mesmos direitos políticos que os olindenses. Tal medida desagradou aos senhores de engenho de Olinda, que, além de estarem endividados com os comerciantes do Recife, perderiam parte de seu poder.

O confronto entre as duas vilas teve início em novembro de 1710, com a invasão do Recife pelos olindenses. Em junho de 1711, porém, os comerciantes do Recife, com o apoio de autoridades de outras capitanias, retomaram o controle da vila. O conflito terminou em outubro desse mesmo ano, com a vitória dos recifenses. A metrópole ordenou a prisão de mais de cem integrantes da aristocracia olindense responsabilizados pelo conflito, e alguns líderes chegaram a ser degredados para a Índia.

Guerra dos Emboabas

A descoberta de metais preciosos nos sertões da colônia gerou conflitos entre os grupos que se dirigiram às principais áreas de mineração no final do século XVII e no início do século XVIII. Os paulistas, descobridores das primeiras jazidas, acreditavam que deviam ter privilégios na exploração do ouro; por isso, opunham-se à presença de portugueses e colonos de outras capitanias, aos quais chamavam pejorativamente de **emboabas**.

Em abril de 1700, os paulistas encaminharam à Câmara da Vila de São Paulo uma petição para que as lavras fossem concedidas apenas aos habitantes da capitania de São Vicente. A recusa do governo, porém, deu início a um confronto direto entre paulistas e os chamados emboabas pela posse das áreas de mineração entre 1708 e 1709. Vitoriosos, os emboabas expulsaram os paulistas da região.

Com o intuito de pacificar as áreas mineradoras e abrandar o descontentamento dos paulistas, a Coroa portuguesa criou a **capitania de São Paulo e Minas do Ouro**, em 1709, e estabeleceu regras para a concessão de terras nos locais da mineração. Após os conflitos, muitos paulistas migraram para outras regiões e continuaram a buscar metais preciosos. Tal fato contribuiu para a abertura de outras frentes de colonização, especialmente no norte de Minas Gerais, onde foram encontradas jazidas de diamantes na região do Serro Frio, e no Centro-Oeste, onde foram descobertas minas de ouro em Mato Grosso e Goiás.

Revolta de Vila Rica

As leis estabelecidas pela Coroa portuguesa para controlar a produção de ouro não eram bem recebidas na colônia, gerando, por vezes, revoltas contra o governo. Uma das principais ocorreu em 1720 e ficou conhecida como **Revolta de Vila Rica**, ou **Revolta de Filipe dos Santos**, um pequeno comerciante que vivia na região. Liderados por portugueses que sentiam a perda de seu poder político e econômico, os manifestantes tomaram uma parte de Vila Rica e elaboraram um documento no qual denunciavam a corrupção de funcionários do reino que atuavam nas Minas Gerais. Os insurretos também protestavam contra a instauração das casas de fundição.

Para ganhar tempo e conter temporariamente as multidões revoltadas, o conde de Assumar, governador da capitania de São Paulo e Minas do Ouro, fingiu concordar com as exigências, enquanto organizava suas tropas para combater o movimento. Refugiado em uma cidade vizinha, reuniu cerca de 1.500 homens, seguiu para Vila Rica e prendeu seus integrantes.

Apesar de não ter desempenhado um papel de destaque no movimento, Filipe dos Santos foi considerado o principal líder da revolta, sendo, por isso, condenado à morte e ao esartejamento. No texto a seguir, a historiadora Cláudia Damasceno Fonseca analisa a postura do conde de Assumar diante da revolta.

“Assumar reprimiu duramente a revolta: segundo a tradição, ele teria mandado incendiar o morro onde se situavam a casa e as minas de Pascoal da Silva Guimarães [antigo superintendente das minas de Ouro Preto e um dos principais líderes da revolta]. No entanto, a pena capital não foi aplicada contra este nem contra os outros poderosos que chefiaram a rebelião, incidindo apenas sobre Filipe dos Santos, um modesto comerciante cujo papel na rebelião tinha sido secundário. [...]

Segundo Assumar, a causa das insurreições frequentes nas minas estaria ligada não apenas às origens humildes e às ambições desmedidas de todos os mineiros, mas também ao clima instável, ao relevo montanhoso [...] que favoreciam ‘a inquietação dos espíritos’.

Contudo, a história iria provar que a paisagem montanhosa e nevoenta das Minas Gerais nada tinha a ver com os frequentes motins. A instalação do aparelho judiciário e militar levado a cabo pelos governadores seguintes, bem como a implementação de uma política de conciliação entre os interesses régios e o interesse dos povos, tornaram possível o apaziguamento dos ânimos dos mineiros.”

FONSECA, Cláudia Damasceno. *Arraiais e vilas d’el rei: espaço e poder nas Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 165-166.

As **entradas** eram expedições oficiais, organizadas pelas autoridades portuguesas, que partiam do litoral com o objetivo de explorar o interior, apresar indígenas para utilizá-los ou vendê-los como mão de obra escrava, procurar minas e defender as áreas de produção açucareira contra ataques indígenas e invasões estrangeiras.

As **bandeiras**, por sua vez, eram expedições armadas organizadas, em geral, por particulares de São Paulo (vila da capitania de São Vicente) para, principalmente, capturar indígenas e obrigá-los a trabalhar nas lavouras paulistas (**bandeiras de apresamento**). Os bandeirantes invadiam, sobretudo, as missões jesuíticas do sertão, que reuniam grande número de nativos convertidos ao cristianismo e acostumados ao trabalho sistemático. As investidas contra as missões provocaram diversos conflitos entre bandeirantes e jesuítas. Nas missões do Itatim, no atual estado do Mato Grosso do Sul, por exemplo, indígenas apoiados pelos jesuítas organizaram uma resistência armada para lutar contra os bandeirantes. Havia também bandeiras organizadas para combater indígenas hostis aos colonizadores e destruir quilombos. A atividade dos integrantes dessas bandeiras era conhecida como **sertanismo de contrato**.

Na segunda metade do século XVII, as **bandeiras de prospecção**, organizadas para procurar pedras e metais preciosos, intensificaram-se. Uma das expedições mais famosas partiu de São Paulo em 1674 e, durante sete anos, explorou várias regiões do Centro-Sul. Ela foi comandada por Fernão Dias Paes, acompanhado por Manuel de Borba Gato e outros exploradores. Esses bandeirantes abriram importantes caminhos que facilitaram expedições posteriores, como a que descobriu ouro na região das Minas Gerais, no final do século XVII. Além disso, penetrando cada vez mais no interior em busca de riquezas, os bandeirantes paulistas ultrapassaram os limites do Tratado de Tordesilhas, contribuindo para a ampliação do território português na América.

Caminhos do ouro

Na década de 1690, os bandeirantes paulistas descobriram ouro em abundância na região correspondente aos territórios dos atuais municípios mineiros de Sabará e Caeté, próximo ao Rio das Velhas. Nos anos seguintes, as bandeiras de prospecção levaram à descoberta de novas jazidas, ainda maiores, no vale onde seria fundada, em 1711, Vila Rica, atual Ouro Preto, o que deu início à ocupação da região por pessoas interessadas na mineração do ouro.

O ouro inicialmente descoberto pelos bandeirantes foi o de **aluvião**, encontrado em depósitos de cascalho, areia e argila que se formam próximo às margens ou na foz dos rios. Eles também exploraram depósitos de cascalho nas encostas das montanhas.

A notícia da descoberta do metal atraiu para a região das minas, nas primeiras décadas do século XVIII, de 30 a 50 mil pessoas, o que provocou o primeiro surto urbano do território brasileiro. Os aventureiros chegavam de Portugal e de todas as partes da colônia, e muitos levavam escravos para trabalhar nas minas. A maioria desses escravos era originária do porto da Costa da Mina, atual Gana, na África. Os africanos trouxeram consigo técnicas de mineração, pois tinham conhecimento prévio da extração e da transformação dos metais.

Os primeiros campos de garimpeiros eram improvisados e marcados pela precariedade. Sem planejamento, não se cultivaram lavouras e, conseqüentemente, houve escassez de alimentos, o que levou a muitas disputas na região.

“O desejo do ouro fácil se sobrepôs às necessidades mínimas de sobrevivência. Nos primeiros momentos, muitos aventureiros, mesmo trazendo consigo um saco repleto de pepitas de ouro, morreram de fome nas minas, porque não havia naquele sertão **bravio** nem plantações nem nenhum tipo de comércio de alimentos.”

TOLEDO, Vera Vilhena de; GANCHO, Cândida Vilarés. *O brilho dos metais: mineração e metalurgia no Brasil*. São Paulo: Moderna, 1997. p. 30. (Coleção Desafios)

Exercícios feitos na aula

Eu, Dom João, pela graça de Deus, faço saber a V. Mercê que me aprouve banir para essa cidade vários ciganos – homens, mulheres e crianças – devido ao seu escandaloso procedimento neste reino. Tiveram ordem de seguir em diversos navios destinados a esse porto, e, tendo eu proibido, por lei recente, o uso da sua língua habitual, ordeno a V. Mercê que cumpra essa lei sob ameaça de penalidades, não permitindo que ensinem dita língua a seus filhos, de maneira que daqui por diante o seu uso desapareça.

TEIXEIRA, R. C. *História dos ciganos no Brasil*. Recife: Núcleo da Estudos Ciganos, 2000.

A ordem emanada da Coroa portuguesa para sua colônia americana, em 1718, apresentava um tratamento da identidade cultural pautado em

- converter grupos infiéis à religião oficial.
- suprimir formas divergentes de interação social.
- evitar envolvimento estrangeiro na economia local.
- reprimir indivíduos engajados em revoltas nativistas.
- controlar manifestações artísticas de comunidades autóctones.

Em Minas Gerais, Pernambuco e outras partes do Brasil, as pessoas de origem mista, e até pessoas brancas casadas com elas, eram excluídas do governo municipal, das irmandades leigas, do clero, de certos comércios e profissões. A eleição de um certo homem para a Câmara de Cachoeira, na Bahia, foi contestada em 1748 porque "ele era um homem cuja qualidade de sangue ainda era desconhecida", e isso a despeito do fato de que tinha diploma universitário.

SCHWARTZ, S. Gente da terra braziliense da nação. liii: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).

Depreende-se do texto que a configuração política da América portuguesa setecentista era marcada pelo(a)

- a) soberania da Igreja na solução de conflitos.
- b) restrição da participação nas instituições locais.
- c) investimento em educação nos núcleos urbanos.
- d) crescimento da liberalidade na distribuição de alforrias.
- e) interdição de associações no mundo dos negócios.

A Inglaterra não só os produzia em condições técnicas mais avançadas do que o resto dos países, como os transportava e distribuía. Tinha, pois, necessidades de mercados, e foi por isso que se esforçou, naquela etapa de sua história, para criá-los e desenvolvê-los. O Tratado de Methuen em 1703 estabelecia a compra dos tecidos ingleses por parte de Portugal, enquanto a Inglaterra se comprometia a adquirir a produção vinícola dos lusitanos.

SODRÉ, N. W. *As razões da independência*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969 (adaptado).

No contexto político-econômico da época, esse tratado teve como consequência para os britânicos a

- a) aplicação de práticas liberais.
- b) estagnação de superavit mercantil.
- c) obtenção de privilégios comerciais.
- d) promoção de equidade alfandegária.
- e) equiparação de reservas monetárias.

Exercícios:

1. (Unesp 2022) Na formação do território brasileiro, nos séculos XVII e XVIII, as atividades econômicas da pecuária e da mineração foram responsáveis pela

- a) construção de feitorias no litoral.
- b) conquista dos sertões.
- c) grilagem de terras.
- d) elaboração de políticas aduaneiras.
- e) realocação espacial das agroindústrias.

2. (Unesp 2022) A liberdade pouco valia para o indivíduo pobre que o mundo da produção e os aparelhos de poder esmagavam sem trégua, e no entanto ele era homem livre numa sociedade escravista. Aproveitado de modo intermitente mas regular pelo Estado e pelos homens bons, a sua utilidade real e empiricamente detectável era revestida por um ônus que o deixava sem razão de ser. A formulação dessa inutilidade justificava o sistema escravista, e o atributo da vadiagem passava a englobar toda uma camada social, desclassificando-a: no meio fluido dos homens livres pobres, todos passavam a ser vadios para a óptica dominante. Vadios e inúteis, era como se não existissem, como se o país não tivesse povo — pois, cativo, o escravo não era cidadão. E assim, inexistindo ou sendo identificado à animalidade, o homem livre pobre permaneceu esquecido através do século.

(Laura de Mello e Souza. *Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 2015. Adaptado.)

Ao tratar dos “desclassificados” na sociedade das Minas Gerais do século XVIII, o texto caracteriza-os como

- a) uma camada marcada pela ambiguidade e que revelava os mecanismos de exclusão sociopolíticos do período.
- b) uma classe potencialmente rebelde, que recorria a ações clandestinas e ilegais para subverter a ordem social.
- c) um setor improdutivo da economia local, que gerava gastos para os governantes, mas sem produzir ganhos e rendimentos.
- d) um grupo à margem da sociedade, que conseguia escapar dos tributos e dos rigores do trabalho.
- e) um segmento de técnicos e profissionais liberais, que era socialmente desprezado, mas fundamental na exploração de ouro.

3. (Upe-ssa 2 2022) A restauração de Pernambuco à Coroa portuguesa afetou a organização socioeconômica da capitania, que dará sinais de instabilidade em fins do século XVII e início do seguinte, retratada no conflito que ficou conhecido como a “guerra dos mascates”.

Referência: DA SILVA, Daniel. *O Tráfico Transatlântico de Escravos de Pernambuco (1576-1851): Notas de Pesquisa*. In: anpec.org.br. p. 03.

As principais motivações desse conflito foram respectivamente

- a) o sentimento antilusitano e a disputa política pelo território da Paraíba.
- b) a União Ibérica e o sentimento antirrepublicano na capitania de Olinda.
- c) o declínio do comércio do Recife e a escassez de mão de obra escrava.

- d) a crise econômica de Olinda e o crescimento socioeconômico do Recife.
- e) a dominação holandesa e a unificação da capitania sob o governo de Nassau.

4. (Fmj 2021) Os antigos vicentinos, já chamados “paulistas”, tinham sido os descobridores do ouro nos anos finais do século XVII. Mas sua posse nas áreas de mineração entrara em choque com os forasteiros. Perdido o quinhão mineiro, os paulistas iam para fora de seu território buscar o “remédio de sua vida”. Passaram a dedicar-se com mais afinco ao abastecimento da zona mineira, com seus escassos produtos agrícolas, e prioritariamente às tropas (comércio de muares que iam buscar no sul) e às monções (comércio fluvial para Cuiabá).

(Heloísa Liberalli Bellotto. “Razões de Estado: a extinção e os primórdios da restauração da capitania de São Paulo”. In: *História do estado de São Paulo: a formação da unidade paulista*, vol. 1, 2010. Adaptado.)

O excerto refere-se à primeira metade do século XVIII e à

- a) projeção do planalto paulista como principal polo dinâmico da economia colonial.
- b) aplicação de capitais industriais nas empresas mineradoras de grande porte.
- c) constituição de governos independentes nas cidades mineiras do interior do país.
- d) diversificação econômica decorrente da mineração de metais preciosos.
- e) desarticulação da economia agroexportadora devido à mineração de ouro.

5. (Enem PPL 2021) Lendo atentamente os *Autos da devassa da Inconfidência Mineira*, o que encontramos? Os envolvidos são “filhos de Minas”, “naturais de Minas”. A terra era o “País de Minas”, percebido como “continente” ou como capitania.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

A identificação exposta no texto destaca uma característica do domínio português na América ao apontar para a

- a) relevância da atividade intelectual da elite colonial.
- b) ineficácia da ação integrativa das ordens religiosas.
- c) fragmentação do território submetido ao controle metropolitano.
- d) invisibilidade de eventos revolucionários do continente europeu.
- e) abrangência do processo de aculturação das sociedades nativas.

Gabarito:**Resposta da questão 1:**

[B]

[Resposta do ponto de vista da disciplina de Geografia]

Nos séculos XVII e XVIII, o Brasil colonial apresentava o desenvolvimento de uma economia em “arquipélago” com atividades econômicas isoladas nas diferentes regiões, muitas delas diretamente relacionadas com mercados externos e com pouca integração entre as regiões. O ciclo da cana na Zona da Mata do Nordeste, o ciclo do ouro em Minas Gerais e a exploração das “drogas do sertão” na Amazônia. Atividades como a pecuária na Campanha Gaúcha e vale do São Francisco, além da mineração em Minas Gerais contribuíram para a ocupação do território colonial expandindo as fronteiras para além da linha do Tratado de Tordesilhas. No caso da pecuária e da mineração, havia maior sinergia econômica.

[Resposta do ponto de vista da disciplina de História]

As atividades econômicas desenvolvidas nos séculos XVII e XVIII, como a pecuária, as drogas do sertão e a mineração, ajudaram na expansão territorial da Colônia, influenciando na chegada ao interior e ao sertão.

Resposta da questão 2:

[A]

A mineração do século XVIII gerou inúmeras transformações na sociedade brasileira, entre elas, o surgimento de uma camada intermediária que, dentro de uma sociedade escravista, foi marcada por uma ambiguidade uma vez que eram homens livres, porém pobres, tornando-se vulneráveis e excluídos. A historiadora Laura de Mello e Souza denominou esse grupo como os desclassificados do ouro. Gabarito [A].

Resposta da questão 3:

[D]

A origem da Guerra dos Mascates está ligada a expulsão dos holandeses do Nordeste (1654) e a crise da economia açucareira. Este cenário contribuiu para a decadência da elite açucareira de Olinda que entrou em conflito com Recife que buscava mais autonomia política, ligado ao comércio. Gabarito [D].

Resposta da questão 4:

[D]

O excerto faz referência à possibilidade de novas ocupações no Brasil Colônia, resultado do surgimento e da diversificação do setor terciário a partir do Ciclo do Ouro.

Resposta da questão 5:

[C]

O vasto território colonial e as dificuldades administrativas portuguesas fizeram com que a integração entre as Capitânicas não ocorresse, dando a impressão de que a noção de pertencimento a um lugar específico – como Minas Gerais – fosse maior do que a noção de pertencimento à Colônia como um todo, como um território único. Vale lembrar, inclusive, que a própria noção de “território brasileiro” não existia naquela época.